



Banco Central reduz juros básicos para 14,75% ao ano

Agricultores com perda de produção começam a receber o Garantia-Safra

Página 8

Petrobras suspendeu leilão de combustíveis para reavaliar estoques

Página 3

Caixa começa a pagar Bolsa Família de março

A Caixa Econômica Federal começa a pagar a parcela de março do Bolsa Família. Recebem os beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 1. Ao todo cerca de 18,7 milhões de famílias receberão o benefício neste mês.

Os beneficiários de nove estados receberão o crédito nesta quinta, independentemente do número final do NIS. O pagamento unificado beneficia localidades em situação de emergência ou em estado de calamidade pública nos seguintes estados: Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima e Sergipe.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600. Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

Além do benefício integral, cerca de 2 milhões de famílias estão na regra de proteção em março. Em vigor desde junho de 2023, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo.

Desde junho do ano passado, o tempo de permanência na regra de proteção foi reduzido de dois para um ano. No entanto, quem entrou na regra até maio de 2025 continua a receber metade do benefício por dois anos.

Desde 2024, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes). (Agência Brasil)

Governo quer barrar empresas que descumprirem tabela de frete mínimo



Página 3

Apesar das tensões em torno da guerra no Oriente Médio, o Banco Central (BC) cortou os juros pela primeira vez em quase dois anos.

Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a Taxa Selic, juros básicos da economia, em 0,25 ponto percentual, para 14,75% ao ano. A decisão era esperada pelo mercado financeiro.

Desde junho do ano passado, a Selic estava em 15% ao ano. A última vez em que o Copom tinha reduzido os juros tinha sido em maio de 2024, quando a Selic passou de 10,75% para 10,5% ao ano. Em setembro do mesmo ano, a taxa começou a ser elevada, até chegar aos 15% atuais.

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em fevereiro, o IPCA acelerou para 0,7%, pressionado pelas mensalidades escolares. Mesmo com a alta, o indicador ficou em 3,81% no acumulado de 12 meses, abaixo de 4% pela primeira vez desde maio de 2024.

Pelo novo sistema de meta contínua, em vigor desde janeiro deste ano, a meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Página 3

Governo propõe que estados zerem ICMS do diesel importado

Página 3

Fazenda tira de projeto de lei proposta para socorrer bancos em crise

Página 6

DÓLAR	
Comercial	Turismo
Compra: 5,20	Compra: 5,23
Venda: 5,20	Venda: 5,41
EURO	
Compra: 5,99	
Venda: 5,99	

Esporte

Brasil chega ao Mundial Indoor de Kujawy Pomorze com atletas no top 10 do ranking mundial

O Atletismo Brasil terá 19 atletas no Mundial Indoor de Kujawy Pomorze (Polônia), que será disputado de 20 a 22 de março. Destes, três chegam à competição entre os 10 melhores do ranking mundial da World Athletics. São eles: Elton Petronilho e Almir Júnior, do salto triplo, e Ana Azevedo, dos 60 metros.

Elton Petronilho (Pinheiros-SP) é o 6º do mundo, com a marca de 17,05 m, que lhe garantiu a medalha de ouro no Campeonato Sul-Americano Indoor, em Cochabamba (Bolívia), em 1º de março. Foi a primeira vez que o saltador de 24 anos superou a marca dos 17 metros.

Mineiro da cidade de Bom Sucesso, Elton foi revelado pelo Centro Regional de Iniciação ao Atletismo da Universi-

dade Federal de Lavras (Cria Lavras), idealizado pelo professor Fernando de Oliveira, falecido em 2019. Iniciou no salto em altura, prova que disputou até 2022, quando começou a migrar para o salto triplo, sob as orientações do treinador Kiyoshi Takahashi.

"Estou muito feliz em representar mais uma vez o Brasil em um Mundial Indoor. Só tenho a agradecer ao meu técnico Kiyoshi pelo trabalho que fizemos", disse Elton, que em 2025 participou da edição de Nanjing (China) e terminou na 11ª posição. "Estou com altas expectativas para saltar bem, pois estou treinado, preparado e com muita vontade de pegar um pódio nesse Mundial."

Também no salto triplo, o experiente Almir Júnior (Sogipa-RS), de 32 anos, tem a 8ª marca do ranking mundial - 17,02 m (0,0) -, obtida no I Circuito Paulista



Elton Petronilho expectativa de uma boa apresentação na Polônia

Open de Atletismo, em 7 de março. Almir é o atleta com o maior número de participações em Mundiais Indoor na delegação: disputará sua quarta edição.

Foi medalha de prata (17,41 m) no Mundial de Birmingham, em 2018. No Mundial Indoor de Nanjing-2025, na China, Almir saltou

17,22 m, o que lhe daria a medalha de bronze, mas foi desqualificado por uma regra referente ao calçado usado na competição. Ele também disputou a edição de Glasgow, na Escócia, em 2024, quando foi 10º colocado.

Na velocidade, o destaque é a Ana Carolina Azevedo (Pinhei-

ros-SP), que fez uma consistente temporada de competições nos 60 metros rasos. A atleta de 27 anos, treinada por Katsuhiko Nakaya, estabeleceu o recorde brasileiro e sul-americano da prova no dia 18 de fevereiro, na disputa do Circuito Performance Short Track, em São Paulo. A velocista correu 7,05 (0,0), resultado que a coloca como 8ª do mundo.

Ana também foi campeã do Campeonato Sul-Americano Indoor, em Cochabamba (Bolívia), com o tempo de 7,09. Essa será sua terceira participação em Mundiais Indoor. A brasileira esteve nas edições de Glasgow (2024) e Nanjing (2025), e busca pela primeira vez avançar à final.

As Loterias Caixa e a Caixa são patrocinadoras máster do Atletismo Brasil.

Raphael Reis disputa etapa de Sebring do IMSA



Raphael Reis

Nesta semana Raphael Reis disputa a etapa de Sebring do IMSA, a terceira do campeonato, em dupla com Celso Neto. O piloto brasileiro chega embalado após ótimo início no TCR Brasil, competição em que lidera após a disputa da primeira etapa.

Em Sebring, Reis estará a bordo do Cupra Leon VZ TCR #77 preparado pela equipe Stallion Motorsports e terá o desafio de se adaptar a compostos de pneus diferentes dos utilizados em seu Cupra no Brasil. Com 6.020 metros de extensão e 16 curvas o Sebring International Raceway traz grandes desafios para os pilotos

mesclando curvas de alta e baixa velocidade.

O piloto brasileiro já competiu em 2026 pelo IMSA em Daytona, na sequência disputou o certame brasileiro do TCR e agora retorna aos Estados Unidos para mais um jornada internacional.

Veterano de duas edições do FIA Motorsport Games na categoria turismo, com direito a vice-campeonato em Valencia há dois anos, o brasileiro terminou todas as temporadas do TCR South America e do TCR Brasil Banco BRB entre os destaques do campeonato. No certame brasileiro, Reis foi duas vezes terceiro colocado (em

2023 e 2024) e lidera a temporada 2026.

A presença do piloto em destaque nos eventos de TCR mantém Reis entre os destaques do ranking mundial TCR World Ranking, lista com mais de 480 pilotos que considera o desempenho de todos os competidores do conceito TCR ao redor do mundo. Raphael hoje ocupa a 46ª posição no ranking e teve como lugar mais alto o 13º posto.

A etapa de Sebring do IMSA será disputada nos dias 18, 19 e 20 de março e terá transmissão pelo Youtube da categoria e site oficial.

Governo avança com simplificação tributária do ICMS

O Governo de São Paulo anunciou o terceiro conjunto de mercadorias que passam a fazer parte do processo de eliminação do regime de substituição tributária (ST) do ICMS, a ser implementado a partir de julho.

Esta medida, publicada na quarta-feira (18) no Diário Oficial do Estado, alcançará outros 50 itens, incluindo telhas cerâmicas, água mineral, sorvetes e itens de papelaria. Com isso, o movimento passará a alcançar 33% dos produtos que antes eram submetidos à complexidade e onerosidade financeira do regime de substituição tributária, o que corresponde a mais de 25% da arrecadação advinda da modalidade.

A modalidade significa a cobrança do imposto no início da

cadeia de produção ou na importação, considerando na base de cálculo a estimativa do valor na venda final ao consumidor no mesmo estado. A eliminação gradual vem ocorrendo desde o ano passado.

No dia 13 de março, a Sefaz-SP publicou portaria que acelera a devolução dos créditos relativos aos estoques, reduzindo o prazo de 24 para 12 meses.

A reformulação da tributação do consumo no Brasil não prevê mais a aplicação da substituição tributária, ainda amplamente utilizada pelos Estados no ICMS. Neste sentido, a redução gradual e planejada dos produtos sujeitos à ST também representa um movimento convergente e estratégico de preparação para o futuro.



A modalidade significa a cobrança do imposto no início da cadeia de produção ou na importação

Com essa iniciativa, São Paulo reforça seu protagonismo na construção de um ambiente de negócios moderno, competitivo e alinhado às transformações contemporâneas, entregando a revisão e redução da utilização da substituição tributária.

Um Estado mais eficiente, transparente e competitivo é expresso no plano "São Paulo na Direção Certa". Entre as entregas já realizadas destacam-se a modernização do contencioso (via Resolva Já e Acordo Paulista), as inovações tecnológicas que facilitam a vida da cidadã (como o Pix IPVA) e a progressiva eliminação de obrigações acessórias que oneram os empreendedores. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Conforme antecipamos [ainda no começo de 2025], o vereador André Santos (Republicanos) é candidato à Câmara Deputados. Ele vai dobrar com a deputada na ALESP Edna Macedo (Republicanos), irmã do Edir (IURD e tv Record)

PREFEITURA (São Paulo)

Acima do que vai rolar nestas eleições gerais, nas quais parte do seu Secretariado será candidato(a) pra ALESP, Câmara Deputados, surge o nome do Secretário (Governo) Edson Aparecido como um dos cotados pra prefeito (MDB) 2028

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Ex-vereadora na capital, ex-deputada federal SP e atual senadora SP (PSD), a cadeirante Mara Gabrilli pode puxar pelo menos 4 candidaturas que seriam suplentes nas eleições 2026. Kassab acha que ela pode beirar 1 milhão de votos

GOVERNO (São Paulo)

O católico Tarcísio Freitas (Republicanos) leva muita fé que pode conseguir fazer com que o ministro Alexandre Moraes (Supremo) conceda [com alguns colegas que já aceitam] a prisão domiciliar [comunitária] ao ex-presidente Bolsonaro

CONGRESSO (Brasil)

Leila Pereira (dona da Crefisa e atual presidente do Palmeiras) teve o torcedor do Santos - ministro no Supremo Gilmar Mendes - dando "cartão verde" pra que ela não comparecesse à CPMI (do INSS) e que não seja levada na marra

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Ex-deputado federal (SP) e '1º ministro' no 1º governo do Lula (dono do PT), José Dirceu deve ter destaque na propaganda eleitoral do PT pela sua eleição 2026 ao cargo no qual foi cassado [com o Jefferson PTB pelo mensalão] em 2005

PARTIDOS (Brasil)

Cada vez mais podendo, a deputada federal (SP) Renata Abreu (dona do Podemos) vai trazendo gente que promete estourar nas eleições. Agora foi a vez do técnico Luxemburgo, que será candidato ao Senado pelo time do Estado do Tocantins

JUSTIÇAS (Brasil)

Aos 58 anos [aposentadoria aos 75], o ministro Dias Toffoli [indicado por Lula - PT] segue afirmando que não sairá "de licença" e muito menos renunciaria [nem ser cassado pelo Senado] ao cargo por conta do caso Vórcare e banco Master

ANO 34

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (SP) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

Passageiros surdos terão atendimento em Libras por videochamada no Metrô de SP

Os passageiros surdos que utilizam o Metrô de São Paulo passarão a contar, a partir desta quarta-feira (18), com um novo recurso de acessibilidade para facilitar o atendimento nas estações: videochamadas ao vivo, gratuitas, com intérpretes do programa São Paulo São Libras, do Governo de São Paulo, lançado em 2023 que garante a pessoas surdas autonomia e tranquilidade em serviços públicos estaduais. A iniciativa é uma parceria entre o Metrô de São Paulo e a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPCD).

Nesta primeira fase, o atendimento vai estar disponível nas linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha e 15-Prata do Monotrilho, em um total de 63 estações que transportam diariamente cerca de 3,2 milhões de passageiros. Até o final de março, o serviço deve ser expandido para as estações da futura Linha 17-Ouro.

Com a novidade, quando um passageiro surdo precisar de informações ou atendimento nas estações, será possível acionar o sistema por meio de QR Codes afixados nas estações, próximos a SSO ou linha de bloqueios, e iniciar uma chamada com um intérprete de Libras. O profissional fará a mediação da comunicação entre o passageiro e o funcionário do Metrô, traduzindo a conversa entre Libras e português em tempo real.

"É um marco histórico no estado de São Paulo, que revoluciona a rotina das pessoas surdas, permitindo a comunicação direta em Libras. Consiste numa iniciativa que não apenas abre portas para a comunidade surda, mas também representa um avanço significativo na busca por uma sociedade mais inclusiva, onde todos tenham igualdade de acesso aos serviços públicos. A tecnologia é uma aliada para criarmos mudanças reais e positivas na vida das pessoas", destaca o secretário Marcos da Costa.

Passageiros do Metrô desta-

caram que a iniciativa representa um avanço de cidadania. "Nós, surdos, sentimos uma autonomia e uma tranquilidade por este ganho em acessibilidade", opinou Erik Honorato Nunes, biólogo e professor de Libras. "Nos dá também mais segurança. Essa iniciativa é muito importante para conseguirmos informações, para saber onde vamos, para que lado, o que fazer quando perdemos alguma coisa. É só fazer a videochamada com o São Paulo São Libras e lá temos uma comunicação fácil."

"Desde pequeno, eu uso o metrô", relatou o professor de Libras Fábio de Sá e Silva. "As vezes, tenho que escrever no papel e mostrar para alguém onde quero ir. Com essa tecnologia, o Metrô se torna ainda mais acessível. Temos mais tranquilidade e autonomia para se locomover. A gente consegue acessar informações como qualquer ouvinte, de forma confortável e fácil."

São Paulo São Libras

Criado em 2023, o programa da SEDPCD já realizou mais de 21 mil atendimentos. Somente no ano passado, houve um aumento de 21,4% na utilização dos serviços. O São Paulo São Libras funciona como uma central de interpretação remota, permitindo que instituições públicas ofereçam atendimento acessível sem a necessidade de um intérprete presencial. Dessa forma, o programa contribui para tornar os serviços mais inclusivos e alinhados às políticas de acessibilidade do Governo do Estado de São Paulo.

"As ações do Governo de São Paulo são para que as pessoas com deficiência possam acessar todos os serviços públicos da mesma maneira que as pessoas sem deficiência sempre conseguiram", afirmou o coordenador do programa São Paulo São Libras, Edilson de Andrade. "A parceria com o Metrô é um ganho em autonomia muito grande,



Intérprete do Governo de SP fará a mediação da comunicação entre o passageiro e o funcionário do Metrô, traduzindo a conversa entre Libras e português em tempo real.

porque quando a gente fala sobre barreiras, a principal barreira que as pessoas surdas têm são as de ordem comunicacional. Então quando você dá a autonomia, você retira essa barreira. Agora, a pessoa surda sabe que pode sair de casa, se locomover, usar o transporte público, e se ela precisar acessar algum colaborador para qualquer coisa, ela pode fazer isso com tranquilidade e segurança."

Há dois anos, logo após o lançamento do programa, a Secretaria de Segurança Pública aderiu ao São Paulo São Libras para implementar acessibilidade às 13 mil delegacias de polícia que possuem atendimento ao público. Em seguida, o recurso também passou a estar presente nos 17 Polos de Empregabilidade Inclusiva (PEIs) e nos 233 Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs) em diferentes regiões, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social.

Outro destaque foi a implantação do atendimento em Libras diretamente no aplicativo Poupa-

tempo, que oferece acesso a mais de mil serviços digitais. Com apenas alguns cliques, os usuários podem contar com a presença virtual dos Libras para auxiliá-los em demandas como a renovação de CNH, licenciamento de veículos, consulta de IPVA, verificação de débitos de veículos, informações sobre pontos na CNH, Carteira de Trabalho Digital, seguro-desemprego, atestado de antecedentes criminais, serviços municipais, entre outros.

O São Paulo São Libras ainda está disponível nos 21 Centros de Integração e Cidadania (CICs), nas Defensorias Públicas do estado e em serviços de saúde, como no Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP).

A Central funciona 24 horas por dia, sete dias por semana, contando com cerca de cem intérpretes de Libras qualificados e experientes na interpretação simultânea entre Libras e português. (Governo de SP)

Governo sanciona lei que garante segurança a autoridades e familiares



A lei foi sancionada com veto parcial ao dispositivo que determinava que as despesas do serviço fossem custeadas exclusivamente pelas dotações das forças policiais

O governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, sancionou na terça-feira (17) a

Lei Complementar 1439 que autoriza o Poder Executivo a assegurar a prestação de servi-

ços de escolta e segurança pessoal a autoridades e ex-autoridades do Estado, bem como a seus familiares, em razão do risco inerente às funções públicas exercidas. O projeto de lei é de iniciativa parlamentar.

A lei abrange o Governador, Vice-Governador, Presidente do Tribunal de Justiça, Procurador Geral de Justiça, Secretários de Estado da Segurança Pública e da Administração Penitenciária, além de dirigentes máximos das carreiras policiais do Estado.

A proteção também se estende aos ex-titulares desses cargos e aos familiares diretos de todas as autoridades mencionadas. Além disso, outras autoridades públicas que sofreram ameaças devi-

do à função pública relacionada à segurança pública poderão requerer a prestação de serviços de segurança pessoal e escolta.

A legislação define que a proteção será prestada durante todo o período em que os titulares estiverem no exercício do cargo ou função, e, para os ex-mandatários, até o período correspondente à duração natural do mandato do Governo subsequente.

A proposta foi sancionada com vetos aos trechos do texto que incumbiam às forças policiais a cobertura das despesas de segurança das autoridades, uma vez que a medida poderia interferir na autonomia administrativa e na gestão orçamentária do Poder Executivo. (Governo de SP)

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress
Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Banco Central reduz juros básicos para 14,75% ao ano

Apesar das tensões em torno da guerra no Oriente Médio, o Banco Central (BC) cortou os juros pela primeira vez em quase dois anos.

Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a Taxa Selic, juros básicos da economia, em 0,25 ponto percentual, para 14,75% ao ano. A decisão era esperada pelo mercado financeiro.

Desde junho do ano passado, a Selic estava em 15% ao ano. A última vez em que o Copom tinha reduzido os juros tinha sido em maio de 2024, quando a Selic passou de 10,75% para 10,5% ao ano. Em setembro do mesmo ano, a taxa começou a ser elevada, até chegar aos 15% atuais.

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em fevereiro, o IPCA acelerou para 0,7%, pressionado pelas mensalidades escolares. Mesmo com a alta, o in-

dicador ficou em 3,81% no acumulado de 12 meses, abaixo de 4% pela primeira vez desde maio de 2024.

Pelo novo sistema de meta contínua, em vigor desde janeiro deste ano, a meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior é 4,5%.

No modelo de meta contínua, a meta passa a ser apurada mês a mês, considerando a inflação acumulada em 12 meses. Em março de 2026, a inflação desde abril de 2025 é comparada com a meta e o intervalo de tolerância. Em abril de 2026, o procedimento se repete, com apuração a partir de maio de 2025. Dessa forma, a verificação se desloca ao longo do tempo, não ficando mais restrita ao índice fechado de dezembro de cada ano.

No último Relatório de Política Monetária, divulgado no fim

de dezembro pelo Banco Central, a autoridade monetária diminuiu para 3,5% a previsão do IPCA para 2026, mas a estimativa será revista, por causa do comportamento do dólar e da inflação. A próxima edição do documento, que substituiu o antigo Relatório de Inflação, será divulgada no fim de março.

As previsões do mercado estão menos otimistas. De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo BC, a inflação oficial deverá fechar o ano em 4,1%, abaixo do teto da meta. Há um mês, antes do início da guerra no Oriente Médio, as estimativas do mercado estavam em 3,95%.

Crédito menos caro

A redução da taxa Selic impulsiona a economia. Isso porque juros mais baixos barateiam o crédito e estimulam a produção e o consumo. Por outro lado, taxas menores dificultam o controle da inflação. No último Relatório de Política Monetária, o

Banco Central manteve em 1,6% a previsão de crescimento da economia em 2026.

O mercado projeta crescimento um pouco melhor. Segundo a última edição do boletim Focus, os analistas econômicos preveem expansão de 1,83% do PIB em 2026.

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o Banco Central segura o excesso de demanda que pressiona os preços, porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Ao reduzir os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas enfraquece o controle da inflação. Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de subir. (Agência Brasil)

Governo quer barrar empresas que descumprirem tabela de frete mínimo

As empresas que descumprir a tabela mínima de frete poderão ser impedidas de contratar novos serviços no país, disse na quarta-feira (18) o ministro dos Transportes, Renan Filho.

A medida faz parte de um pacote para ampliar a fiscalização e garantir o cumprimento do piso do frete rodoviário. O anúncio ocorre em meio à ameaça de paralisação de caminhoneiros após as altas recentes do diesel com o início da guerra no Oriente Médio.

Segundo o ministro, o governo pretende adotar instrumentos jurídicos para aumentar a capacidade de fiscalização e punição no setor, inclusive com o monitoramento eletrônico dos fretes. A proposta prevê suspensão cautelar do direito de contratar fretes para empresas que reincidirem no descumprimento da regra.

Em casos mais graves, pode haver até o cancelamento do registro para operar no transporte de cargas.

“A principal correção é que nós vamos, por meio de instrumento jurídico adequado, aumentar a capacidade de enforcement [reforço] do ambiente regulatório. A empresa que não cumpre a tabela vai poder ser impedida de contratar frete”, disse Renan Filho.

Descumprimento

De acordo com o ministro, há indícios de descumprimento generalizado da tabela de frete no país, o que tem afetado a renda dos caminhoneiros e a concorrência no setor.

Levantamentos da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) indicam que

cerca de 20% das fiscalizações resultaram em autuações.

Entre as empresas com maior número de infrações estão grandes companhias de diferentes setores da economia, o que, segundo o governo, reforça a necessidade de endurecer as regras.

Fiscalização ampliada

O governo pretende ampliar o monitoramento eletrônico dos fretes em todo o país, além de reforçar as ações presenciais. A estratégia busca impedir que multas sejam tratadas apenas como custo operacional pelas empresas.

A proposta também prevê responsabilização não só de transportadoras, mas também de embarcadores e até controladores em casos de irregularidades recorrentes.

As medidas são discutidas em meio à insatisfação de caminhoneiros, que reclamam da alta do diesel e da falta de cumprimento da tabela mínima de frete.

O governo mantém diálogo com lideranças da categoria e tenta evitar uma nova greve, como a registrada em 2018.

Regra vigente

A tabela do frete foi criada em 2018, durante o governo do ex-presidente Michel Temer, e prevê reajustes automáticos sempre que o preço do diesel varia mais de 5%.

Apesar das atualizações recentes feitas pela ANTT, o governo avalia que o modelo atual ainda tem baixa efetividade e precisa de ajustes para garantir remuneração adequada aos transportadores. (Agência Brasil)

Governo propõe que estados zerem ICMS do diesel importado

A União propôs que estados e o Distrito Federal zerem temporariamente o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a importação de diesel para conter a alta dos preços dos combustíveis. Em contrapartida, a União se compromete a compensar 50% da perda de arrecadação.

A medida foi apresentada pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, durante reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), na quarta-feira (18).

Órgão que reúne os secretários estaduais de Fazenda, o Confaz teve um encontro virtual para discutir medidas para conter a alta do diesel após o início da guerra no Oriente Médio.

Segundo a equipe econômica, a zeragem do imposto pode gerar renúncia de cerca de R\$ 3 bilhões por mês para os estados. Desse total, R\$ 1,5 bilhão seria coberto pelo governo federal.

A proposta prevê que a medida tenha caráter temporário, com validade até 31 de maio. O impacto total pode chegar a R\$ 6 bilhões no período, sendo metade arcada pela União.

A iniciativa ocorre em meio à disparada dos preços do petróleo no mercado internacional, impulsionada pela guerra envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã. O aumento tem pressionado os custos do diesel no Brasil, que depende de importações para cerca de 30% do consumo.

Segundo Durigan, o preço do diesel importado tem se descolado do valor praticado no mercado interno, o que pode comprometer o abastecimento.

A decisão final depende dos governadores e deve ser discutida até o próximo dia 27, quando o Confaz realiza reunião presencial em São Paulo. A proposta surge após resistência inicial de estados a cortes de ICMS sem compensação financeira. O governo federal afirmou

que não pretende impor a medida, como ocorreu em 2022, quando o governo anterior reduziu o ICMS dos combustíveis e deixou para o atual governo compensar, em 2023, os prejuízos dos estados. O número dois da Fazenda destacou a importância do diálogo federativo.

“A nossa orientação é fazer isso, caso os estados concordem, porque isso é muito importante para garantir o abastecimento, para discutir essa oferta forte e firme de diesel no País”, declarou o secretário-executivo da Fazenda.

“Esses são os melhores esforços que a gente pode fazer dentro da linha que eu dei: responsabilidade fiscal, responsabilidade com a população, responsabilidade regulatória.”

A proposta complementa ações já anunciadas pelo governo, como a redução de tributos federais, como o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre o die-

sel e subsídios à produção interna. Além disso, foi aprovado um acordo entre a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e 21 estados para compartilhamento em tempo real de notas fiscais de combustíveis, com o objetivo de reforçar a fiscalização e coibir abusos de preços.

Segundo Durigan, seis estados – Alagoas, Amazonas, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e São Paulo – pediram mais tempo para avaliar o acordo com a ANP.

O tema ganha urgência diante da possibilidade de uma paralisação nacional de caminhoneiros, em meio à alta do diesel. O governo tenta evitar impactos no abastecimento e na inflação, cenário semelhante ao observado na greve de 2018.

A equipe econômica afirma que as medidas buscam equilibrar responsabilidade fiscal com a necessidade de proteger consumidores e garantir oferta de combustível no país. (Agência Brasil)

Petrobras suspende leilão de combustíveis para reavaliar estoques

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, disse na quarta-feira (18) que a suspensão do leilão de diesel e gasolina que seria nesta semana está diretamente ligada à necessidade de reavaliar estoques. O mercado internacional de petróleo e derivados vive um cenário de incertezas por causa do conflito no Oriente Médio.

Segundo Chambriard, a decisão foi tomada após a empresa antecipar entregas de combustíveis e identificar risco de desequilíbrio no abastecimento.

“Nós suspendemos o leilão, primeiro, porque há necessidade de reavaliar a todo momento o estoque disponível para que não entreguemos tudo em um dia e falte no dia seguinte”, disse Magda.

“Nós adiantamos entre 10% e 15% das nossas entregas de combustíveis. Mas as condições não permitiam mais que fizéssemos isso, sob risco de penalizar novamente a sociedade, que a gente procura resguardar das ansiedades e da volatilidade do mercado internacional”, complementou.

Na semana passada, a Petrobras anunciou o aumento de R\$ 0,38 no litro do diesel A, vendido por suas refinarias para as distribuidoras, que executam a mistura obrigatória com biodiesel e enviam o combustível aos postos de revenda.

A presidente da estatal participou nesta quarta-feira de uma cerimônia no Rio de Janeiro em que foi firmado acordo para garantir a sede do futuro Museu do Petróleo e Novas Energias,

que será no antigo prédio do Automóvel Club do Brasil, no centro da cidade.

No evento, Magda Chambriard também confirmou ter havido problemas com embarcações que deveriam ter atracado no país com derivados de petróleo. Segundo ela, a Petrobras monitorou seis navios de terceiros que estavam a caminho do Brasil, chegaram perto de portos brasileiros e tiveram seus destinos desviados.

“Não podemos garantir que tenham sido desviados em função de melhores oportunidades de venda em algum lugar do mundo. Isso não nos compete. O que nos compete é que todos os nossos compromissos assumidos estão sendo entregues regularmente”, disse Magda.

A decisão ocorre em meio à escalada de tensões no Oriente Médio, especialmente na região do Estreito de Ormuz, por onde passa uma parcela significativa do petróleo mundial. Segundo a presidente, o conflito — inicialmente visto como breve — passou a ter duração incerta, com impactos diretos sobre oferta, logística e preços.

Magda Chambriard afirmou que a interrupção de fluxos e o aumento dos custos de transporte e seguro elevaram a volatilidade no mercado global de combustíveis. O cenário torna mais difícil o planejamento.

“É muito difícil prever o futuro. O que precisamos fazer é nos preparar da melhor maneira para enfrentar esse desafio. Estamos reavaliando sempre o cenário para saber o que precisa

ser feito, como evitar essa volatilidade que impacta a sociedade. E, ao mesmo tempo, honrar o investimento dos acionistas, sejam eles estatais ou privados”.

Chambriard ressaltou que o Brasil ainda depende de importações para cerca de 30% do diesel consumido, o que aumenta a vulnerabilidade em momentos de crise global. Parte desse volume é trazida por agentes privados, cuja atuação pode variar conforme condições de mercado.

“Por que isso acontece? Porque o Estado brasileiro, em um determinado momento, decidiu que a Petrobras não ficaria sozinha nesse mercado. Decidiu, por exemplo, que nós tínhamos que vender a BR Distribuidora. Decidiu que a importação deveria ser mais forte. Uma série de decisões que funcionam em momento de estabilidade, mas, em momentos de crise, exacerbam suas fraquezas”, disse a presidente.

Pela segunda vez, desde junho de 2025, Israel e os Estados Unidos lançaram ataques contra o Irã em meio às negociações sobre o programa nuclear e balístico do país.

A ofensiva mais recente teve início em 28 de fevereiro, quando EUA e Israel bombardearam a capital, Teerã. O líder supremo do país, aiatolá Ali Khamenei, morreu neste ataque, além de outras autoridades. O filho do aiatolá, Mojtaba Khamenei, foi escolhido novo líder do país.

O Irã, por sua vez, disparou mísseis contra países árabes do

Golfo com presença militar dos Estados Unidos, como Kuwait, Catar, Emirados Árabes Unidos e Jordânia.

Os países envolvidos no conflito estão entre os maiores produtores e exportadores de petróleo do mundo, e parte importante dessa produção passa pelo Estreito de Ormuz, que foi bloqueado pelo Irã.

As incertezas sobre a oferta fizeram disparar o preço dos combustíveis no mercado internacional, e o petróleo já superou os US\$ 100 o barril.

Para conter a alta do combustível, o governo federal anunciou a suspensão das alíquotas do PIS e da Cofins sobre a importação e comercialização do diesel.

De acordo com cálculos do Ministério da Fazenda, a suspensão dos impostos federais representa alívio de R\$ 0,32 por litro no preço do diesel. Além disso, o governo assinou medida provisória (MP) com subvenção ao diesel para produtores e importadores.

O governo federal também propôs nesta quarta-feira que estados e o Distrito Federal zerem temporariamente o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a importação de diesel. Em contrapartida, a União se compromete a compensar 50% da perda de arrecadação.

A medida foi apresentada pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, durante reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). (Agência Brasil)

Transpetro fará transporte marítimo para empresas de fora da Petrobras

A Transpetro, subsidiária de logística da Petrobras, anunciou na quarta-feira (18) que passará a fazer serviços de transporte marítimo para empresas de fora do chamado sistema Petrobras.

A companhia, que realiza para a Petrobras o deslocamento de combustíveis em navios e por meio de oleodutos, fechou, pela primeira vez, contratos com duas empresas para o transporte marítimo, a Trafigura e a Ipiranga.

A Transpetro informou ainda que a abertura de leste de clientes de navegação é estratégica.

“A nova frente de negócios amplia o portfólio de serviços da companhia, incluindo o afretamento de embarcações estrangeiras para atuar na cabotagem (na costa brasileira) e no longo curso (trajetos internacionais)”, diz nota da empresa.

A subsidiária explicou que a decisão de ingressar no novo segmento leva em conta a expansão do transporte aquaviário no país, a maior procura por afretamento de embarcações estrangeiras, devido à baixa disponibilidade de navios de bandeira brasileira, e o aumento da produção de petróleo no país.

A Transpetro cita que, de janeiro a novembro de 2025, a movimentação de petróleo e derivados nos portos brasileiros alcançou cerca de 203 milhões de toneladas, segundo levanta-

mento do Ministério de Portos e Aeroportos.

Além da navegação, a Transpetro vai oferecer a futuros clientes serviços como vetting (avaliação técnica e operacional para verificação de padrões de segurança em navios); fitting (chegada e adequação das embarcações às exigências específicas de cada terminal); suporte regulatório; monitoramento operacional e emissão de documentos de transporte.

De acordo com o diretor financeiro da Transpetro, Danilo Silva, a empresa passa a oferecer ao mercado a oportunidade de viabilizar operações com embarcações estrangeiras quando não houver disponibilidade de navios com bandeira brasileira.

“A ampliação da atuação está em linha com nossos objetivos estratégicos de buscar mais clientes e elevar o faturamento”, disse em nota.

A companhia já oferecia outros serviços de logística para clientes, como distribuidoras, indústria petroquímica e demais empresas do setor de óleo e gás. São mais de 130 clientes na carteira.

A Transpetro é a maior companhia de logística multimodal de petróleo, derivados e biocombustíveis da América Latina e opera uma frota de 33 navios, 46 terminais (25 aquaviários e 21 terrestres) e cerca de 8,5 mil quilômetros de dutos. (Agência Brasil)

Plajo S.A. Indústria e Comércio de Plásticos

CNPJ nº 61.160.180/0001-63

Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem no dia **30 de abril de 2026 às 16h00** na sua sede social, na Rua Capitão José Gallo, 2.040 - Bairro Aliança - Ribeirão Pires/SP, afim de deliberarem sobre as seguintes **Ordem do dia**: **a)** Elevação do aumento do capital; **b)** Outros assuntos. Ribeirão Pires, 17 de **março de 2026. Vicente Baptista Bijarra - Diretor Presidente.**

EMFORVIGIL – Empresa Especializada em

CNPJ nº 35.958.000-47 - NIRE 15350119473
Ata da Reunião da Assembleia Geral Extraordinária da Associação dos
 Titulares de Cotas da Realização de Cursos das Casas Trabassat
 & Civeis; b) aprovação das contas 2025; c) apresentação do relatório financeiro e comercial 2026; d) alienação
 de bens; e) eleição dos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração.

Empreendimentos Imobiliários Caracol S.A.
 CNPJ nº 07.083.000-01 - NIRE 15350119473
Assembleia Geral Ordinária Convocada por Acionistas de Companhia Fechada
 Foi convocados os acionistas da Companhia "Empreendimentos Imobiliários Caracol S.A." a se reunirem em
 Assembleia Geral Ordinária para deliberar sobre os assuntos de sua competência, a ser realizado em Pádua,
 Joaquim Carlos, nº 03, Centro, na Cidade de Pedreira, Estado de São Paulo, CNPJ 19320-000, para deliberar a seguinte ordem
 de dia (e) apreciar as contas da diretoria, o balanço patrimonial, o demonstrativo de resultados e demais demonstrações
 financeiras e estatísticas da companhia referentes ao exercício de 2025; (f) apreciar a proposta de distribuição de
 lucros (ano 05/2026 a 04/2027) e a respectiva remuneração global mensal para o exercício social de 2026; (g) tratar dos
 assuntos de interesse geral da companhia.

Pedreira, SP, 16 de Maio de 2024.

Diretor(a): Ana Tereza Lopes, Alexandre Magalhães dos Santos Gouveia e Marcelo José Mauro Brito.

Greenyellow UFV Gestão e Instalação Fotovoltaica 002 Ltda.
CNPJ/MF n.º 47.082.622/0001-70 – NIRE 35.239.477.790

Deliberação de Sócia Única - Realizada em 17 de março de 2026
Data, Hora e Local: Aos 17/03/2026, às 10h00, na sede social da sociedade no Município de São Paulo/SP. **Presença:** Compareceu a sócia única da Sociedade, representando a totalidade do

[illegible]

Social da Companhia; (iii) a atualização dos boletins de subscrição da Companhia ante as operações de compra e venda de ações entre os acionistas e a Companhia, conforme indicado em capítulo próprio

[illegible]

da operação, de 0,01% (zero vírgula zero um por cento) das ações da Companhia. 5.3.3 O acionista Ezequiel Figueira Lima, cedeu e transferiu, através de instrumento particular, 38.308 (trinta e oito mil

[illegible]

2 015-0001-29 Demonstração do fluxo de caixa

31 DE MARÇO DE 2023 (em milhares de reais)				Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	
Ativo				2022	2023
Ativo não circulante					
Imobilizado				3.706	3.029
Imprescritíveis e investimentos				59.025	60.025
Diferimentos				1.000	1.000
Obrigações tributárias e previdenciárias				4.617	4.141
Investimentos em empresas				1.000	1.000
Imposto de renda e contribuição social				17.373	3.624
Investimentos em títulos de renda fixa				1.000	1.000
Dividendos a pagar				2.451	2.863
Outras obrigações				1.000	1.000
Não classificado				31.944	104.461
Ativo circulante				1.000	1.000
Ativo financeiro				41.852	24.529
Ativo não financeiro				1.000	1.000
Ativo líquido				13.311	12.881
Passivo não circulante					
Provisão para processos judiciais				6.000	6.000
Provisão de passivo não classificado				1.000	1.000
Passivo circulante					
Capital social				44.001	44.000
Reserva de lucros				1.000	1.000
Reserva de fundos				1.000	1.000
Total do patrimônio líquido				46.001	46.000
Passivo financeiro					
Obrigações de longo prazo					
Obrigações tributárias e previdenciárias				1.000	1.000
Obrigações financeiras a receber				1.000	1.000
Capital a pagar				1.000	1.000
Capital líquido geral no passivo				1.000	1.000
Obrigações de curto prazo					
Obrigações financeiras a receber				1.000	1.000
Capital líquido geral no passivo				1.000	1.000
Obrigações de longo prazo					
Obrigações financeiras a receber				1.000	1.000
Capital líquido geral no passivo				1.000	1.000
Obrigações de curto prazo					
Obrigações financeiras a receber				1.000	1.000
Capital líquido geral no passivo				1.000	1.000
Obrigações de longo prazo					
Obrigações financeiras a receber				1.000	1.000
Capital líquido geral no passivo				1.000	1.000
Obrigações de curto prazo					
Obrigações financeiras a receber				1.000	1.000
Capital líquido geral no passivo				1.000	1.000
Obrigações de longo prazo					
Obrigações financeiras a receber				1.000	1.000
Capital líquido geral no passivo				1.000	1.000
Obrigações de curto prazo					
Obrigações financeiras a receber				1.000	1.000
Capital líquido geral no passivo				1.000	1.000
Obrigações de longo prazo					
Obrigações financeiras a receber				1.000	1.000
Capital líquido geral no passivo				1.000	1.000
Obrigações de curto prazo					
Obrigações financeiras a receber				1.000	1.000
Capital líquido geral no passivo				1.000	1.000
Obrigações de longo prazo					
Obrigações financeiras a receber				1.000	1.000
Capital líquido geral no passivo				1.000	1.000
Obrigações de curto prazo					
Obrigações financeiras a receber				1.000	1.000
Capital líquido geral no passivo				1.000	1.000
Obrigações de longo prazo					
Obrigações financeiras a receber				1.000	1.000
Capital líquido geral no passivo				1.000	1.000
Obrigações de curto prazo					
Obrigações financeiras a receber				1.000	1.000
Capital líquido geral no passivo				1.000	1.000
Obrigações de longo prazo					
Obrigações financeiras a receber				1.000	1.000
Capital líquido geral no passivo				1.000	1.000
Obrigações de curto prazo					
Obrigações financeiras a receber				1.000	1.000
Capital líquido geral no passivo				1.000	1.000
Obrigações de longo prazo					
Obrigações financeiras a receber				1.000	1.000
Capital líquido geral no passivo				1.000	1.000
Obrigações de curto prazo					
Obrigações financeiras a receber				1.000	1.000
Capital líquido geral no passivo				1.000	1.000
Obrigações de longo prazo					
Obrigações financeiras a receber				1.000	1.000
Capital líquido geral no passivo				1.000	1.000
Obrigações de curto prazo					
Obrigações financeiras a receber				1.000	1.000
Capital líquido geral no passivo				1.000	1.000
Obrigações de longo prazo					
Obrigações financeiras a receber				1.000	1.000
Capital líquido geral no passivo				1.000	1.000
Obrigações de curto prazo					
Obrigações financeiras a receber				1.000	1.000
Capital líquido geral no passivo				1.000	1.000
Obrigações de longo prazo					
Obrigações financeiras a receber				1.000	1.000
Capital líquido geral no passivo				1.000	1.000

[illegible]



TIVO CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
(Antiga BV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)
CNPJ 03.384.738/0001-98
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.300, Edifício FL Corporate, Sala 07, Itaim Bibi, São Paulo - (SP), Brasil, Cep 04538-132

BALANÇO PATRIMONIAL - R\$ mil		
	Nota	Em 31 de dezembro de 2025
Ativo		
Disponibilidades		273
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		2.526
Títulos e valores mobiliários		2.530
Ativos financeiros ao custo amortizado		10.200
Aplicações interfinanceiras de liquidez		10.200
Rendas a receber		11.517
Provisão para perdas esperadas ao risco de crédito		(5.788)
Outros ativos		39.579
Imposições a compensar	13.d	1.168
Créditos tributários	13.a	62.564
Imobilizado de uso, líquido de depreciação		9.329
Direito de uso, líquido de depreciação		7.397
Intangível, líquido de amortização		127
Total do ativo		133.911

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R\$ mil		
	Nota	Em 31 de dezembro de 2025
Eventos		
Saldos em 31 de dezembro de 2024		133.082
Efeitos da adoção inicial da Resolução BCB nº 352/23		(1.050)
Saldos em 01 de janeiro de 2025		133.082
Aumento de capital		16.320
Prejuízo do período		(149.402)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		149.402
Saldos em 30 de junho de 2025		149.402
Prejuízo do período		(59.391)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		149.402

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - R\$ mil		
1. CONTEXTO OPERACIONAL		
A Tivo Capital - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Tivo Capital ou Instituição), integrante do Conglomerado Brasileiro, é uma empresa de capital fechado, localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 4.300 - Sala 7, na cidade de São Paulo - SP, Brasil, que tem como objeto social principal intermediar, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e instituir, organizar e administrar carteiras e fundos de investimento.		
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), adotadas da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.959/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Bacen do Brasil (Bacen).		
A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente em 2025.		
As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da Resolução BCB nº 352/23 foram aplicadas prospectivamente na data de sua adoção inicial.		
A Instituição optou pela isenção facultada pela Norma de não representar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas), nas demonstrações financeiras, referentes aos períodos do ano de 2025. Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23, foram registrados em contrapartida à conta de lucros e prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.		
As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a manutenção de perdas esperadas em instrumentos financeiros; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões de caixa e trabalhistas; e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.		
As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2025.		
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS		
As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes são:		
a) Ajuste do resultado		
b) Modelo funcional e de apresentação		
c) Caixa e equivalentes de caixa		
d) Aplicações interfinanceiras de liquidez		
e) Títulos e valores mobiliários - TVM		
f) Projeção de resultados futuros para a realização de ativos fiscais diferidos		
g) Ativos e passivos contingentes - fiscais, civis e trabalhistas		
h) Imobilizado de uso		
i) Receitas de prestação de serviços		
j) Eventos subsequentes		
4. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS		
a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025		
Resolução BCB nº 178/22 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.		
Resolução BCB nº 352/23 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.		
Em 16 de novembro de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.487, que estabelece novas regras para a debitabilidade das perdas de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas regras impactam as bases de cálculo do imposto de renda e da CSLL. A principal regra é a aplicação de fatores para redução de operações inadimplidas em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data (estoque), somente poderão ser excluídas na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL. A razão de um oitenta e quatro avos ou cento e vinte avos, para cada mês do período de apuração, a partir de janeiro de 2024. Essa lei vetou a redução das perdas incorridas no ano de 2025 que excedem o lucro real do exercício.		
As perdas não deduzidas nesse período terão o mesmo tratamento do estoque de 1º de janeiro de 2025.		
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Disponibilidades em moeda nacional	Em 31 de dezembro de 2025	273
Total de disponibilidades (caixa)		273
Aplicações interfinanceiras de liquidez		10.200
Total de caixa e equivalentes de caixa (1)		10.473
(1) Refere-se às operações comprometidas realizadas diariamente pelo Tivo cujo objetivo é a manutenção diária do fluxo de caixa da Instituição.		
6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
a) Capital Social		
Em 12 de maio de 2025 ocorreu o registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo, após a aprovação do Banco Central do Brasil referente ao aumento de capital social da Instituição no valor de R\$ 16.320, no qual passou de R\$ 133.082 para R\$ 149.402 com emissão de 8.864.073 novas ações. O Capital social da Instituição em 31 de dezembro de 2025, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 149.402 representado por 41.141.463 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.		
b) Reserva de lucros e prejuízos		
Acumulados Reserva legal		
Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva Legal poderá deixar de ser constituída quando a necessidade do montante das Reservas de Capital exceder 20% do Capital Social. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.		
Em virtude do prejuízo obtido em 2025 a Tivo não constituiu reserva legal para este período. Em 31 de dezembro de 2025 a Instituição não apresenta saldo para esta rubrica.		
c) Reserva de lucros		
A Lei e o Estatuto Social atribuem à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à Reserva legal e não distribuída, caso exista, seja retida na "Reserva de lucros", com a finalidade de fazer distribuição de resultados ou sua capitalização. Além disso, o saldo de reserva também poderá ser utilizado para compensar prejuízos.		
d) Prejuízos acumulados		
Eventual prejuízo apurado ao final do exercício pode ser absorvido por lucros acumulados, reservas de lucros (exceto Reserva legal) e reservas de capital, nesta ordem. Os prejuízos acumulados também podem ser absorvidos por redução de capital previamente autorizada pelo Banco Central do Brasil, conforme disposto na Resolução BCB nº 66/2021.		
e) Resultado por ação		
O lucro por ação líquido é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela média ponderada de ações relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025. Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2025 o resultado negativo obtido foi de R\$ 1.44, sendo o resultado total de R\$ 59.391 dividido por 41.141.463 ações. Para o exercício em 31 de dezembro de 2025 o resultado negativo por ação obtido foi de R\$ 1,91, sendo que o prejuízo foi de R\$ 73.052 dividido por 38.186.772 ações.		
7. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		
Administração e Gestão de recursos de terceiros	2º Semestre 2025	28.792
Estruturação	Exercício de 2025	54.053
Rendas com parceiros comerciais		4.775
Rendas de serviço de custódia		2.144
Assessoria		97
Outros serviços		720
Total		35.528
8. DESPESAS DE PESSOAL		
Proventos	2º Semestre 2025	32.440
Encargos sociais	Exercício de 2025	(6.018)
Participação nos lucros e resultados		(12.431)
Benefícios		(3.612)
Honorários e pró-labore		(2.578)
Previdência complementar		(606)
Despesas com demandas trabalhistas		(494)
Tratamentos		(156)
Total		(49.646)
9. DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
Serviços técnicos especializados	2º Semestre 2025	(5.422)
Processamento de dados	Exercício de 2025	(3.556)
Indenizações civis		(781)
Depreciação e amortização		(2.080)
Promoções e atividades públicas		(577)
Viagens		(395)
Manutenção e conservação de bens		(240)
Despesa com ocupação		(214)
Publicações, propaganda e publicidade		(234)
Outras (1)		(86)
Total		(3.584)
(1) A linha "Outras" é representada por montantes referentes a eventos, encargos financeiros sobre arrendamento e pagamentos referente à estruturação de fundos.		

criação e estruturação de produtos de investimento inovadores no Brasil. Resultado de uma parceria estratégica entre o Bradesco e o Banco BV, a Tivo Capital se destaca por sua atuação nas áreas de Transição Energética, Imobiliário e Agricultura. Essas áreas são suportadas por parcerias transversais de Crédito (High Grade e High Yield), Investment Solutions, Credit Solutions e Research, garantindo uma abordagem robusta e diversificada para atender às necessidades de nossos clientes.

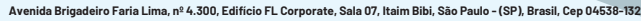
No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, possuía sob sua gestão R\$ 30,7 bilhões, distribuídos em 90 fundos, atendendo um total de 45.455 cotistas.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO		
	Nota	Em 31 de dezembro de 2025
Passivo		
Passivos financeiros ao custo amortizado		8.089
Arrendamento		8.089
Outras provisões		109.540
Obrigações fiscais		2.205
Outros passivos		10.330
Total do passivo		130.154
Patrimônio líquido	6	(27)
Capital social		149.402
Prejuízos acumulados		(145.655)
Total do patrimônio líquido		3.747
Total do passivo e patrimônio líquido		133.911

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - R\$ mil		
	Nota	Em 31 de dezembro de 2025
Capital Social		
Prejuízos acumulados		(133.082)
Total		(133.082)
Prejuízo do período		(149.402)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		149.402
Saldos em 30 de junho de 2025		149.402
Prejuízo do período		(59.391)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		149.402

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - R\$ mil		
10. DESPESAS TRIBUTÁRIAS		
COFINS	2º Semestre 2025	Exercício de 2025
PIS	(1.454)	(2.677)
Outras provisões	(276)	(435)
Outras despesas tributárias	(5.522)	(918)
Total	(2.895)	(5.522)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		
Indenização por acordo contábil CPA - Receita	6.082	11.382
Recuperação de encargos e despesas	222	865
Atualização de tributos	87	230
Atualização de depósitos em garantia	65	110
Outras receitas	-	22
Total	6.456	12.609
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com demandas fiscais	2º Semestre 2025	Exercício de 2025
Perdas operacionais	(41)	(95)
Operação cambial passiva	(35)	(36)
Prejuízo na venda de bens e ativos	(119)	(287)
11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
a) Crédito tributário - Total de ativos fiscais reconhecidos		
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Realização/ de 2025
Diferenças temporárias	41.570	4.438
Provisões para contingências	19.653	2.601
Provisões para remuneração variável e PLR	21.547	1.557
Outras provisões (1)	370	280
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	46.626	19.396
Total dos créditos tributários	88.196	28.844
Imposto de renda	46.882	20.217
Contribuição social	41.314	10.890
(1) Outras provisões são representadas pelo crédito tributário oriundo de provisões operacionais e contas a pagar.		
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Instituição realizou estudo técnico-tributário para avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.		
Com base nos prejuízos apurados e nas projeções de resultados futuros, concluiu-se que não há evidência suficiente de geração de lucro tributável que permita a compensação integral do estoque de créditos tributários registrados.		
Dessa forma, o Comitê de Auditoria e o Conselho da Administração deliberaram pela baixa de R\$ 41.000 referentes a créditos tributários oriundos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.		
b) Crédito tributário - total não ativado		
Em decorrência da baixa mencionada no item anterior, em 31 de dezembro de 2025 a Tivo apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL não ativados no montante de R\$ 102.500.		
c) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, Prejuízo fiscal e Base negativa		
	Em 31 de dezembro de 2025	
Ano	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal e Base negativa
2025	Imposto Contribuição	Imposto Contribuição
2026	8.292 7.470	1.612 1.722
2027	2.483 2.237	- -
2028	2.493 2.237	1.128 633
2029	479 288	1.451 957
2030	478 288	2.539 1.436
2031	- -	2.393 5.023
2032	- -	635 2.393
2033	- -	3.031 3.031
2034	- -	3.350 3.350
2035	6.329 4.077	- 1.756
A projeção de realização de créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.		
Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, montou a R\$ 54.260 mil.		
d) Imposições a Compensar		
Saldo negativo de IRPJ	Em 31 de dezembro de 2025	393
Imposições a compensar		1.795
Total		2.188
e) Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL		
	2º Semestre 2025	Exercício de 2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(27.488)	(47.420)
Encargo total do imposto de renda (25%)		
Outros créditos sociais (15%) às alíquotas vigentes	(10.995)	(16.968)
Contribuição social (15%) às alíquotas vigentes	42.898	44.600
Imposto de renda e contribuição social do período	31.903	25.632
Refere-se, principalmente, ao reconhecimento de baixa contábil no montante de R\$ 41.000, referente a créditos tributários registrados sobre prejuízo fiscal (IRPJ) e base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A referida baixa foi efetuada em consonância com os critérios de recuperabilidade previstos nas normas contábeis aplicáveis aos tributos sobre o lucro, considerando a reavaliação das projeções de resultados tributáveis futuros e a consequente expectativa de realização desses ativos fiscais.		
TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS		
a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
b) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
c) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
d) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
e) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
f) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
g) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
h) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
i) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
j) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
k) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
l) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
m) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
n) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
o) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
p) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
q) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
r) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
s) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
t) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
u) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
v) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
w) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
x) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
y) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
z) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
aa) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
ab) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
ac) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
ad) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
ae) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
af) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
ag) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
ah) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
ai) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
aj) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
ak) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
al) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
am) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
an) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
ao) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
ap) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
aq) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
ar) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
as) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
at) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
au) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
av) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
aw) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
ax) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
ay) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
az) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
ba) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
bb) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
bc) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
bd) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
be) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
bf) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
bg) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho de Administração.		
bh) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a política da Instituição, sendo todas as transações com partes relacionadas aprovadas pelo Conselho		



José Danúbio Roza

sobrevivência aos agricultores familiares cujas produções sejam sistematicamente afetadas

